

Movimentos sociais

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender que os movimentos sociais são manifestações coletivas históricas com algumas características estruturais que permitem seu estudo e sua teorização.
- Identificar movimentos sociais existentes na própria realidade.
- Distinguir os elementos que conferem identidade aos movimentos sociais, bem como seus objetivos e adversários.
- Reconhecer as transformações dessa estrutura de luta social de acordo com as mudanças da sociedade, diferenciando os chamados movimentos tradicionais dos novos.
- Avaliar os desafios e as perspectivas das lutas sociais no mundo atual.



Manifestação de professores em greve no Paraná, em 27 de abril de 2015. Dois dias depois, o conflito entre polícia e manifestantes deixaria como saldo 213 pessoas feridas.



FÁBIO VIEIRA/FOTOARENA

JADERL CARVALHO/BRAZIL PHOTO PRESS/FOLHAPRESS

Na foto, manifestante picha muro no centro da capital do estado de São Paulo, em ato contra o aumento das tarifas de ônibus, em 2013.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é um movimento social que organiza trabalhadores urbanos na luta contra a especulação imobiliária e pela reforma urbana. Na imagem, passeata de integrantes do MTST, em uma tentativa de pressionar a Câmara Municipal a votar o Plano Diretor e também de criticar a influência política do mercado imobiliário no legislativo municipal. São Paulo (SP, 2014).

◆ Questão motivadora

Qual é o papel dos movimentos sociais na transformação política e na ampliação e manutenção dos direitos de cidadania da população?

1

Primeiras palavras

Em 16 de julho de 2015, cerca de 12 mil membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) caminharam da estação Morumbi, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), até o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo, para reivindicar moradia popular e a resolução de pendências com os órgãos estaduais. Uma comissão foi recebida pelo secretário da Casa Civil e pelos presidentes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), e trataram de questões relativas à utilização de terrenos para construção de conjuntos habitacionais. Essa mobilização foi um dos exemplos de luta do MTST, um dos movimentos sociais mais atuantes no Brasil na década de 2010.

Mas o que é um movimento social? Em geral, as pessoas consideram os movimentos sociais sob apenas um ponto de vista: o das reivindicações. Já os estudiosos do tema levam em conta diversas dimensões dos movimentos: crenças, valores, história e diferenças internas, bem como suas ações e práticas sociopolíticas.

O tema dos movimentos sociais se entrelaça com o da cidadania. A história desses movimentos é a história de grupos, em geral desprivilegiados, que tentaram (ou tentam) ampliar os direitos de cidadania e o alcance dos protestos, de modo a se estenderem dos limites locais aos âmbitos nacional e global.

Movimentos sociais, portanto, são ações coletivas com o objetivo de manter ou de mudar uma situação. Em geral, envolvem confronto político e têm relação de oposição ou de parceria com o Estado. São uma poderosa força de mudança social. Tal força pode ser exercida "de baixo", por meio de atividades construídas por pessoas comuns em graus diversos de associação, ou pode vir "de cima", por iniciativa de membros da elite (legisladores, governantes, dirigentes, juristas, administradores, intelectuais etc.).

Neste capítulo, serão apresentados os principais aspectos dos movimentos sociais e suas diferentes manifestações, tanto no Brasil quanto no mundo. A compreensão de suas características e de sua importância para a construção da cidadania e da justiça social permitirá identificar os obstáculos a serem vencidos no processo de edificação da democracia.

A luta por moradia é o principal objeto de reivindicação de diversos movimentos sociais da atualidade.



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.670 de 19 de fevereiro de 1998.

Cronologia

1789	1888	1937	1964	1968	1979	1984	1985
Lutas em torno da questão escravista culminam na abolição da escravatura no Brasil.	Golpe civil-militar e início da perseguição política a lideranças de movimentos sociais.	Fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).	Manifestações estudantis começam na França e se espalham por vários países.	Promulgação da Lei da Anistia. Retomada das lutas pela redemocratização do Brasil.	Fim do regime civil-militar.	A Campanha popular pelas Diretas Já defende o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República. Fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).	

Na luta contra o absolutismo, que ainda predominava em quase todos os países europeus, camponeses, artesãos e trabalhadores de outros segmentos sociais, liderados pela burguesia, foram às ruas clamar por direitos civis e políticos. O marco referencial desse processo, que se estendeu para o século seguinte, foi a Revolução Francesa.

Fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Manifestações estudantis começam na França e se espalham por vários países.

A Campanha popular pelas Diretas Já defende o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República. Fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

2

Movimentos sociais como fenômenos históricos

Ao longo da história, os movimentos sociais foram percebidos e estudados de diferentes maneiras. Nos anos 1950 e em parte dos anos 1960, eram compreendidos apenas no contexto específico das mudanças sociais. Na época, ainda prevalecia a noção de que mudanças repentinas constituíam fonte de desordem. Assim, os movimentos sociais eram vistos principalmente como causa de conflitos e instigadores de revoltas e revoluções, portanto, considerados anômalos e nocivos para a ordem social.

Representante dessa corrente de pensamento que dispensava a análise histórica, o sociólogo estadunidense Talcott Parsons afirmava que qualquer tipo de greve, manifestação ou protesto perturbaria o bom funcionamento e o equilíbrio da sociedade.

Outra corrente de análise dos movimentos sociais, predominante na Europa durante o século XX, fundamentava-se na perspectiva marxista. Desse ponto de vista, a trajetória dos movimentos era interpretada por meio dos conceitos de classe social e luta de classes. Tais conceitos envolviam uma explicação histórica e estavam compreendidos, na análise contemporânea, no desenvolvimento do capitalismo.

Os estudos críticos das diferentes estruturas de movimento identificadas no século XX (ainda sob o impacto recente da Segunda Guerra Mundial) preocupavam-se em entender as possibilidades de transformação de uma sociedade, o que ocorreria, de acordo com eles, por meio de reformas políticas e sociais ou por uma revolução.

Em meados dos anos 1960, as manifestações pelos direitos civis nos Estados Unidos e a eclosão de rebeliões estudantis, primeiro na Europa e depois em outros países, mudaram o cenário anterior e ampliaram o campo de atuação dos movimentos sociais, bem como a maneira de estudá-los.

Nos 1970 e 1980, manifestações contra os regimes autoritários eclodiram na América do Sul, marcando a luta pela democracia e pelo retorno dos direitos.

Movimento social no passado: na Passeata dos Cem Mil contra o regime militar, o líder Vladimir Palmeira discursa para os estudantes na Cinelândia, no Rio de Janeiro (RJ, 1968).



ARQUIVO/J. GÊNCIA O GLOBO

1989	1992	1999	2001	2002	2011	2013
Eleições diretas para a Presidência da República após 29 anos de privação do direito ao voto.	Impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, que contou com grande participação do movimento estudantil.	Ínicio das lutas dos movimentos antiglobalização ou altermundialistas.	1º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS).	Eleição para a Presidência da República do ex-operário metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).	O movimento <i>Occupy Wall Street</i> promove a ocupação de espaços públicos em várias cidades dos Estados Unidos e da Europa para denunciar o efeito corrosivo que o poder de grandes bancos e corporações multinacionais exerce sobre o processo democrático.	No mês de junho, milhares de pessoas foram às ruas em diversas cidades brasileiras para, entre outras coisas, protestar contra o aumento das passagens de ônibus, a má utilização de recursos públicos nas obras para a Copa do Mundo de 2014, no Brasil, e lutar por melhorias nos serviços públicos, assim como pelo combate à corrupção.

Livro

- SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos sociais urbanos*.

São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

O livro aborda as lutas empreendidas pelos movimentos sociais urbanos desde o final da década de 1970, analisando seu surgimento, sua organização e seus desdobramentos.

Em 28 de agosto de 1963, mais de 250 mil pessoas participaram da Marcha sobre Washington em prol dos direitos civis da população afro-americana. Um ano depois, foi aprovada a Lei dos Direitos Civis. Na foto, manifestação contra a discriminação racial em Detroit (Estados Unidos, 1963).



FRANCIS MILLER/LIFE PICTURES/GETTY IMAGES

Quem escreveu sobre isso

THAIS DE ALMEIDA LIMA



Talcott Parsons

Talcott Edgar Frederick Parsons (1902-1979) foi um sociólogo estadunidense que tentou elaborar uma teoria geral das Ciências Sociais para explicar todo e qualquer fenômeno social e prever o comportamento do indivíduo e da sociedade. Completou seu doutorado na Universidade de Heidelberg, na Alemanha, em 1926. Regressando aos Estados Unidos, lecionou Economia e Sociologia na Universidade de Harvard entre 1927 e 1973. Presidiu a Associação Americana de Sociologia em 1949.

Talcott Parsons foi um dos mais importantes sociólogos estadunidenses do século XX.

A partir dos anos 1990, os movimentos sociais passaram a se apresentar de maneira difusa, organizados em redes nacionais e internacionais que reuniam bandeiras de reivindicações locais e globais. Desse modo, os sociólogos se viram diante da tarefa de encontrar semelhanças e diferenças entre movimentos existentes desde o século XVIII em lugares muito diferentes, como França, Bolívia, Polônia e Brasil.

A História será sempre um elemento fundamental para a compreensão desses movimentos, mas a apuração de seus aspectos estruturais se tornou indispensável para compará-los no tempo e no espaço. São os aspectos estruturais que possibilitam identificar as transformações que eles promoveram e as mudanças pelas quais passaram.



RODRIGO BALEIA/FOLHAPRESS

O navio Rainbow Warrior, do Greenpeace, chega a Manaus, no início de um tour pela Amazônia e pela costa brasileira para dar suporte às campanhas a favor da Lei do Desmatamento Zero e do uso de energias renováveis (AM, 2012).

Saiba mais

Criminalização dos movimentos sociais

A ideia de que os movimentos sociais são uma fonte de desordem social manifesta-se quando os grupos sociais dominantes, ao sentirem seus privilégios ameaçados pelas reivindicações populares, associam as lutas e a militância desses movimentos à criminalidade e à marginalidade. Tal distorção de sentido promove uma

visão que considera os militantes engajados nas lutas sociais uma classe "perigosa", que precisa ser contida e reprimida. A criminalização dos movimentos sociais desprestigia as lutas em defesa dos direitos humanos e dos interesses das classes populares, o que dificulta tais conquistas.

3 Características estruturais dos movimentos sociais

Ao estudar os movimentos sociais em suas mais diferentes manifestações, podemos encontrar características comuns entre eles.

Esses movimentos podem ser classificados pelo caráter de suas ações, que são voltadas para a transformação da sociedade ou para a conservação de determinadas conquistas. Geralmente, trata-se de manifestações coletivas e duradouras, que reivindicam ou fiscalizam direitos até então não efetivados ou garantidos pelo Estado. Os movimentos podem também fiscalizar o trabalho do Estado. Entretanto, duas características comuns devem ser lembradas: a) eles não apresentam coordenação única, pois comportam diversidade muito grande de ideias e valores, bem como de atuação e de organização; b) suas ações se desenvolvem em torno de interesses e necessidades, mas também de reconhecimento, para criar uma nova forma de interação e relacionamento.

Muitas vezes, o Estado é visto como adversário na luta política, e, portanto, a relação entre ele e a população é de confronto. Outras vezes, porém, ele é o único aliado capaz de concretizar as demandas dos movimentos; nesses casos, Estado e movimentos sociais se unem em uma relação de parceria.

Esses movimentos se pautam por um repertório formado pelos recursos por meio dos quais chamam a atenção da sociedade para a causa ou os procedimentos usados na luta, a fim de tornar a reivindicação uma realidade. Greves, passeatas e panfletagens estão entre as práticas mais comuns aos repertórios de diferentes movimentos sociais.

A organização dos movimentos sociais varia de acordo com o grau de burocratização, o que pode levá-los a adotar meios institucionais de luta política – como é o caso de movimentos que se tornam partidos políticos ou a eles se ligam –, ou a assumir uma posição desvinculada do poder estabelecido, como acontece com as organizações não governamentais (ONGs).



BRUNO FERNANDES/FOTOPRESSA

Professores ocupam a Universidade São Francisco durante protesto realizado na região central da capital paulista (SP, 2015).

A Parada Gay é realizada anualmente em várias cidades do Brasil e do mundo. Organizado por civis, o movimento LGBT se considera apartidário e conta com manifestantes de diversas regiões do país. Na foto, vista da Parada do Orgulho Gay, realizada no parque Dona Lindu, em Recife (PE, 2014).



CARLOS EZEQUIEL VANNONI/AG. JCM/FOTOPRESSA

Filme

◆ Terra para Rose

REPRODUÇÃO



Brasil, 1987.

Direção: Tetê Moraes.

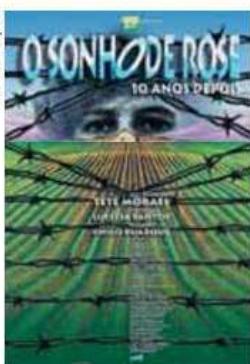
Duração: 84 min.

O filme retrata a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na década de 1980, quando começam a se organizar para lutar por seus direitos. Em particular, aborda a trajetória pessoal de Rose, que vive um drama pessoal sem, no entanto, perder a esperança.

Filme

◆ O sonho de Rose

REPRODUÇÃO



Brasil, 2000.

Direção: Tetê Moraes.

Duração: 92 min.

Dez anos depois de seu primeiro filme (*Terra para Rose*), a diretora Tetê Moraes reencontra os personagens daquele primeiro assentamento e traça um panorama de suas trajetórias pessoais e coletivas.

◆ A relação com o Estado: parceria e confronto

Graças ao caráter emancipador, ou seja, de libertação de algum tipo de dominação, e também de busca pela equiparação de direitos, típico da maioria dos movimentos sociais, por muito tempo acreditou-se que sua relação com o Estado só poderia ser de confronto. Mas isso ocorre unicamente quando o Estado é centralizador e autoritário ou dominado por apenas um grupo ou pela elite nacional, como ocorreu durante o regime civil-militar no Brasil (1964-1985).

A situação social e política de uma sociedade ajuda a definir o perfil dos movimentos, ao mesmo tempo que oferece as bases para identificar as causas do seu surgimento. O estudo das bases sociais em relação à revolta e à obediência revela que situações de repressão política podem ter efeito imediato, mas são de difícil manutenção a longo prazo, porque geram ainda mais revolta. A violência do Estado é um elemento que dificulta a proliferação dos movimentos sociais como forma de reivindicação, porém, nos regimes democráticos, esses movimentos tendem a se desenvolver valendo-se das garantias constitucionais de direitos civis e políticos.

Quando o Estado é mais aberto às demandas da sociedade civil, ampliam-se as possibilidades de que a relação entre esses atores políticos não seja apenas de confronto. Muitas vezes, os movimentos buscam justamente que suas demandas sejam consideradas pelo Estado e transformadas em leis ou em políticas públicas. Da mesma forma, o Estado pode procurar os movimentos sociais a fim de atender melhor às necessidades da população ou, simplesmente, legitimar a autoridade estatal diante da sociedade.

◆ Objetivos: transformação e conservação

Outra maneira que a Sociologia encontrou para compreender os movimentos sociais foi identificar as consequências que suas demandas trariam para toda a sociedade se fossem atendidas.

Os movimentos lutam por causas que vão além dos interesses particulares, e seus objetivos, quando alcançados, transformam a vida de muitas pessoas, além daquelas envolvidas diretamente nas ações. Isso ocorre pela universalização das conquistas, que afeta pessoas em um mesmo espaço político (como um país, por exemplo), e pela sua sedimentação em forma de leis, que estende essas conquistas para futuros cidadãos.

Essa característica comum aos movimentos sociais permite verificar se as demandas dos grupos organizados buscam superar uma ordem social estabelecida, propor maior rigidez do sistema político ou servir de apoio à busca por ampliação e manutenção dos direitos de grupos específicos. Um exemplo do primeiro caso é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujo objetivo é mudar uma estrutura de uso e distribuição da terra, historicamente excludente, por meio da reivindicação da reforma agrária e usando as ocupações como instrumento do repertório de suas ações políticas.

No que se refere a movimentos sociais que estabelecem relação de parceria com o Estado, pode ser citada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro em 19 de março e em 2 de abril de 1964, respectivamente, organizada por grupos conservadores contra a "ameaça vermelha", ou seja, o comunismo, e o então presidente João Goulart.



Integrantes do MST ocupam fazenda em Tapes durante a Jornada Nacional de Lutas do MST pela Reforma Agrária (RS, 2015).



ESTADO & CONTEÚDO

Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada na região central de São Paulo (SP, 1964). Os manifestantes pediam a deposição do então presidente da República, João Goulart, por meio de um golpe militar.

Na busca por ampliação e manutenção dos direitos de grupos específicos enquadram-se os esforços históricos dos trabalhadores e as lutas pela cidadania de mulheres, negros, homossexuais e outras minorias sociais, que foram responsáveis por avanços nessas conquistas. Atualmente, as lutas são travadas pelo exercício desses direitos, ou seja, por sua existência concreta e sua conservação.

A longo prazo, os objetivos de transformação ou de conservação da organização social levaram os movimentos sociais a serem classificados como revolucionários ou reformistas.

Movimentos revolucionários visam promover uma reorganização radical de toda a sociedade e transformar, assim, não apenas as leis internas que estruturam o Estado, mas também as próprias bases que legitimam sua autoridade e permitem seu funcionamento. Já os movimentos reformistas aceitam a estrutura das instituições sociais e políticas, embora a considerem passível de melhorias e objetivem eliminar abusos de determinados setores sobre os demais.

Sugira uma pesquisa sobre as conquistas dos movimentos sociais que relate a ampliação dos direitos às lutas sociais.

4

Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais

É possível fazer um recorte na história dos movimentos sociais e sua interpretação em duas categorias gerais distintas, levando em conta aspectos como sistemas de organização, tipos de relações estabelecidas por seus integrantes, orientações desenvolvidas com as instituições sociais e estruturas a serem transformadas, entre outros aspectos. A reflexão sobre tais elementos deve sempre ser acompanhada de contextualização histórica e espacial em relação ao surgimento e ao desenvolvimento dos movimentos sociais.

Um primeiro modelo mostra os chamados movimentos sociais tradicionais, que se constituíram principalmente com base nas lutas dos trabalhadores desde a consolidação do capitalismo. Esses movimentos se caracterizam por apresentar organização vertical e rígida estrutura hierárquica, e neles os integrantes seguem as determinações do grupo dirigente. Tais movimentos travam fortes embates políticos com o Estado porque buscam transformações nas estruturas econômica e social para superar as condições de opressão da classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade. Os movimentos tradicionais, em grande parte, pretendem assumir o controle do Estado ou, ao menos, transformar sua estrutura.

Site

♦ www.mst.org.br

Acesso em: fev. 2016.

Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que são divulgadas ações e reivindicações dos trabalhadores rurais, textos e vídeos sobre o MST e outros movimentos sociais.

Assembleia de metalúrgicos do ABC no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo (SP, 1979).



JUCA MARTINS/OLHAR IMAGEM

Os movimentos tradicionais podem também ser identificados por suas demandas, como as dos trabalhadores por melhores salários, condições dignas de trabalho, redução da jornada e estabilidade de emprego; as dos grupos que se organizaram na luta por moradia, saneamento, transporte público ou educação; e também as daqueles que se dedicaram a combater estruturas autoritárias de governo, bem como sistemas econômicos e políticos que as sustentam.

Esses movimentos deram origem aos sindicatos, às associações nacionais e internacionais de trabalhadores e aos partidos políticos trabalhistas ou dos trabalhadores. Foram responsáveis também por muitas conquistas sociais permanentes referentes a direitos trabalhistas e garantias sociais.

A identidade dos indivíduos, porém, aspecto necessário para o surgimento de um movimento social, muitas vezes não decorre das relações de produção. Sendo assim, outros objetivos de reivindicação passaram a ser incorporados pela sociedade civil, abarcando os mais variados segmentos sociais, motivados pelo exemplo de conquistas dos movimentos tradicionais.

A identidade e os direitos das minorias sociais, como mulheres, negros e homossexuais, a conservação do meio ambiente e a coexistência de diversas expressões culturais são algumas das novas reivindicações que ganharam força no final do século XX.

Os chamados novos movimentos sociais redirecionaram o centro das demandas sociais do âmbito da economia para o da cultura, pela formação de movimentos inspirados em relações horizontais: seus integrantes têm maior autonomia, e não deixam somente nas mãos do Estado a responsabilidade de atender suas reivindicações, buscando também transformar comportamentos e valores dos diversos segmentos sociais.

Livro

- ◆ GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1997.

O livro retrata as lutas de diferentes movimentos sociais em busca dos próprios direitos em períodos distintos da história brasileira republicana.

◆ O movimento dos trabalhadores: luta pelos direitos sociais

Os movimentos sociais podem ser caracterizados pela organização, pela consciência coletiva e por objetivos políticos. Esse sistema de expressão pública foi precedido por manifestações de mobilização social que ainda não tinham caráter político explícito nem linguagem própria para expressar seus objetivos. Por isso, tais manifestações assumiam as mais variadas estruturas. Na Europa, por exemplo, durante a Antiguidade e a Idade Média, apresentaram-se como revoltas de escravos, seitas sociais anticlericais e levantes camponeses, entre outros. As representações de luta social com organização política explícita surgiram na modernidade.

A Idade Moderna é marcada pela substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista, atrelado ao crescimento do comércio e das cidades. Nesse tipo de economia, caracterizado pela acumulação de capital e pela propriedade privada, os trabalhadores não são os proprietários dos meios de produção dos recursos essenciais à sobrevivência (esse tema será aprofundado nos capítulos 9 e 11). Foi nessa época que eles começaram a receber um salário em troca de sua força de trabalho, o que inaugurou a sociedade de classes. De acordo com Karl Marx, a modernidade é marcada pelas relações antagônicas entre burgueses (donos dos meios de produção) e proletários (trabalhadores assalariados), em que os interesses de um grupo se opõem aos de outro.

Assim, a vida comum nas fábricas e nos bairros operários e as experiências cotidianas compartilhadas produziram solidariedade e consciência dos interesses comuns no conflito de classes, característico da modernidade. As relações sociais que emergiram das condições concretas de vida e da maneira como estava esquematizada a produção levaram os trabalhadores a desenvolver a consciência de classe, fator importante para a organização dos movimentos que buscavam transformar a estrutura social.

Autores clássicos que inauguraram o estudo sobre os trabalhadores no moderno mundo capitalista e inspiraram ou protagonizaram revoluções, Marx, Engels e Lênin influenciaram muito as teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais, sobretudo quando definiram a ação política essencialmente como processo de interação entre trabalhadores, capitalistas e Estado. Essa concepção levou muitos teóricos a não reconhecer como movimentos sociais as manifestações que não contestavam a estrutura social e a organização do Estado.

O movimento dos trabalhadores foi responsável pela conquista de muitos direitos trabalhistas e desempenha até hoje importante papel nas disputas políticas e nas ações do Estado.

◆ O movimento estudantil: a juventude assume seu papel na construção da sociedade

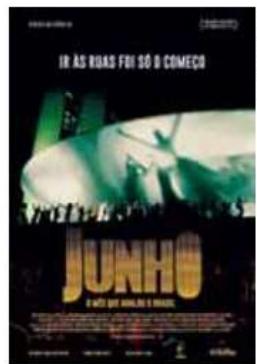
Diferentemente do movimento dos trabalhadores, o movimento estudantil é policlassista, visto que seus militantes são oriundos de diferentes classes sociais. Outra característica é a transitória da protagonistas, já que há constante renovação dos alunos nas instituições de ensino. No entanto, o movimento teve e continua a ter papel importante em momentos cruciais de transformação social.

Ações estudantis são citadas desde o século XVIII, mas o movimento ganhou destaque a partir da segunda metade do século XX, em especial na década de 1960, quando se envolveu efetivamente em manifestações de massa em diferentes partes do mundo, enfrentando governos e lutando por transformações no sistema educacional e na sociedade.

Passeata dos Cem Mil, grande manifestação de estudantes, trabalhadores, artistas e intelectuais contra o regime civil-militar, realizada no Rio de Janeiro (RJ, 1968).

Filme

- Junho: o mês que abalou o Brasil



REPRODUÇÃO

Brasil, 2014.

Direção: João Wainer.

Duração: 72 min.

O documentário aborda as manifestações que eclodiram no Brasil em junho de 2013, com depoimentos de diversos atores sociais envolvidos e que refletem sobre o momento social e político vivido no país.

Oriente uma pesquisa a ser feita utilizando conteúdo do noticiário impresso ou da internet, sobre o papel dos estudantes nas diversas manifestações de massa que vêm ocorrendo no mundo.





MARTIN BERNETTA/AP

Estudantes chilenos reivindicam ampla reforma educacional que estabeleça a gratuidade nas universidades públicas do país. Na foto, a polícia utiliza jatos de água para dispersar manifestação estudantil em Santiago (Chile, 2015).

A luta pela liberdade e pela igualdade espalhava-se pelo mundo na segunda metade dos anos 1960, época das utopias revolucionárias, da revolução sexual, da música engajada, dos protestos contra a Guerra do Vietnã, da luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos contra as leis de segregação racial, da **Primavera de Praga**, do Maio de 1968 na França, quando estudantes e trabalhadores saíram às ruas reivindicando mudanças políticas, culturais e sociais. Tudo isso ecoava, no Brasil, na luta contra a ditadura civil-militar. O setor estudantil foi um dos setores sociais mais aguerridos da resistência democrática da época.

O movimento estudantil brasileiro, capitaneado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), participou ativamente da luta pelas reformas de base na primeira metade dos anos 1960 e da luta contra a ditadura a partir de 1964. Sofreu repressões, foi colocado na ilegalidade e teve muitos de seus líderes presos ou assassinados.

Nas últimas décadas, o movimento estudantil esteve presente em diversos momentos históricos da vida política brasileira (luta pela anistia dos presos políticos, Diretas Já, Fora Collor, manifestações contra as privatizações). Em muitos outros países, não vem sendo diferente: os estudantes têm sido protagonistas na defesa da democracia, dos direitos humanos e das minorias.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

◆ Os movimentos contemporâneos: identidade e direitos difusos

A partir dos anos 1970, o século XX testemunhou transformações significativas em relação às demandas publicamente encampadas pelos movimentos sociais tradicionais. Nessa época, ganharam destaque os movimentos feminista, negro e ambientalista, entre outros. A emergência dos novos movimentos sociais mudou o foco dos critérios de análise antes utilizados para os movimentos tradicionais. Nesse contexto, a ação política foi redefinida como uma dimensão que abrange todas as práticas sociais e não apenas gravita em torno do Estado.

Com o reconhecimento de uma escala microssocial da política, pela análise de camadas menores e mais homogêneas, formadas por laços sociais sólidos, as análises dos movimentos não se concentram apenas em suas formas de ação, mas também na identidade coletiva dos grupos, que, na maioria das vezes, entravam em conflito com as identidades sociais preconcebidas.

Em sua maioria, os novos movimentos sociais estão mais preocupados em garantir a consolidação de direitos aos grupos minoritários. Seus procedimentos de atuação não envolvem políticas de cooperação com agências estatais, nem mesmo com sindicatos. Preferem, muitas vezes, ações diretas que visam usar a mídia para ampliar seu público e, assim, mudar valores que reproduzem preconceitos e práticas discriminatórias e opressivas, manifestações de uma cultura que nega direitos básicos a grandes contingentes da população.

Um exemplo concreto é a trajetória do movimento negro, que vem construindo lutas pela ampliação dos direitos por meio de um debate institucional (defesa das políticas de ação afirmativa), mas sem deixar de lado o desafio de fortalecer sua identidade e transformar as relações sociais no cotidiano (combate às práticas racistas).

Entretanto, em uma escala macrossocial, que abrange camadas mais heterogêneas, nas quais os laços sociais não são tão sólidos, esses movimentos criticam a nova configuração econômica e cultural do capitalismo tardio: expansão das relações de mercado para diferentes esferas da vida pessoal e cultural, padronização produzida pelos meios de comunicação de massa, burocratização da vida cotidiana e insegurança no mundo do trabalho, por exemplo.

Em grande medida, podemos dizer que a análise dos novos movimentos sociais permite destacar as seguintes características:

- a) atuação como uma rede de troca de informação e cooperação, em contraponto à centralização dos movimentos tradicionais, com hierarquia vertical de líderes e militantes;
- b) tendência de a base social de militantes ir além da estrutura de classes, reunindo em torno de uma mesma causa ativistas de diferentes posições na estrutura social;
- c) emergência de novas dimensões de identidade, a exemplo do que acontece com o movimento feminista, com o movimento negro ou com os movimentos pelos direitos dos homossexuais;
- d) incorporação de aspectos íntimos e individuais da vida humana em suas agendas de ação;
- e) alternativa aos canais convencionais de participação das democracias ocidentais que vêm sofrendo com seguidas crises de credibilidade, como partidos políticos e organizações sindicais.

Essa nova linha de organização política acompanha uma concepção de sociedade civil, que aceita a existência legítima de um espaço ocupado por uma série de instituições que não estão no Estado ou no mercado, mas em um novo lugar entre essas duas instâncias. Esse espaço vem sendo ocupado principalmente pelas ONGs, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Nele, ocorre a mediação entre grupos de indivíduos e o sistema governamental sob os princípios da ética e da solidariedade, em uma perspectiva liberal, na qual relações pessoais e diretas dispensam a participação de líderes e mediadores.

Essa configuração deu origem a uma esfera da existência social que ficou conhecida como "esfera pública não estatal". Os novos atores políticos configuram uma alternativa à organização e à atuação da sociedade civil e passam a agir na esfera pública, antes exclusiva do Estado. Tal configuração pode ser analisada mediante duas visões antagônicas: por um lado, como redefinição das formas de organização dos diferentes setores da sociedade, pela ocupação de espaços nos quais a atuação estatal não era suficiente (ou simplesmente não existia); por outro, apenas como mais um eufemismo para a privatização da esfera pública que se consolida com as políticas neoliberais.



Cerca de 300 integrantes do movimento negro e simpatizantes participam da II Marcha Internacional contra o Genocídio do Povo Negro, em Brasília (DF, 2014).

Filme

Malcolm X



REPRODUÇÃO

Estados Unidos, 1992.

Direção: Spike Lee.

Duração: 202 min.

Cinebiografia do ativista do movimento negro dos anos 1960, Malcolm X, que retrata sua luta pelos direitos dos negros estadunidenses.

Aplicativo

Movimento Passe Livre – MPL

Aplicativo desenvolvido pelo Movimento Passe Livre. Traz informações, acesso às redes sociais virtuais, vídeos e fotos que mostram manifestações ocorridas no Brasil. Pode ser encontrado no endereço <www.androidpit.com.br/app/com.appbuilder.u270003p539286>. Acesso em: 2 fev. 2016.

Considerações sociológicas

Os movimentos de legalização das drogas: o caso da maconha

Os movimentos sociais favoráveis à desriminalização das drogas ressaltam a ideia de que a “guerra às drogas” – política de repressão policial e militar adotada por vários países, inclusive pelo Brasil – representa, na realidade, uma “guerra aos pobres” disfarçada, uma vez que os setores atingidos pelo combate às drogas são os que produzem e revendem, ou seja, os elos mais frágeis, em sua maioria representados por jovens, negros e pobres. Do mesmo modo, argumentam que há mais mortes decorrentes do conflito armado pela repressão ao tráfico do que pelo abuso direto da droga. Além disso, sabe-se hoje que a incidência de óbitos relacionados ao abuso de drogas está concentrada nas drogas lícitas, como álcool e cigarro, segundo dados do Ministério da Saúde, que abrangem os anos de 2006 a 2010.

Alguns países já iniciaram mudanças nas políticas de drogas, como Holanda, Portugal, Espanha, Marrocos, Uruguai, além de alguns estados estadunidenses. A maconha tem sido a primeira droga a ter seu caráter ilícito questionado, principalmente com o avanço das pesquisas científicas sobre os benefícios do uso de suas substâncias em tratamentos de indivíduos soropositivos (para estimular o apetite), portadores de câncer (para aliviar os sintomas da quimioterapia), de glaucoma (para controlar a pressão intraocular) e de esclerose múltipla ou de epilepsia, entre outros.

A Marcha da Maconha é um dos principais movimentos sociais favoráveis à legalização que acontece em todo o mundo e que teve início durante a década de 1990, nos Estados Unidos. No Brasil, ela é realizada desde 2002, ao lado da mobilização de entidades e organizações que promovem debates a fim de aprofundar e esclarecer o assunto. A maconha é proibida, apesar de algumas mudanças recentes na legislação relativas aos direitos dos usuários (2006) – a Lei nº 11.343/2006 não estabelece mais pena de prisão para usuários, mas advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo – e à reclassificação do canabidiol, substância química encontrada na maconha, para fins medicinais (2015).

Os efeitos nocivos da maconha e a própria história de proibição fazem que a criminalização permaneça como política de Estado, gerando ainda controvérsias e posições contrárias à legalização.

CHARLES OMMANNEY/THE WASHINGTON POST/BETTY IMAGES



Alguns estados legalizaram o cultivo de maconha nos Estados Unidos. Na imagem, de 2015, usuária rega a planta em sua residência no distrito de Washington.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 8.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A legislação e os movimentos sociais

Os movimentos sociais são organizações que se colocam ora em posição de embate com o Estado, ora como colaboradores, apoiando-o, organizando demandas ou mesmo a implementação de políticas públicas. No entanto, não fazem parte da estrutura estatal, e a legislação direcionada à regulação de órgãos públicos não se aplica às ações desses movimentos.

Em um Estado democrático de direito, os movimentos sociais devem observar os dispositivos legais que restringem as liberdades individuais e garantem a manutenção da ordem pública. Assim, a legislação busca assegurar a ampla liberdade de expressão de indivíduos e de grupos organizados, como podemos observar em alguns dispositivos constitucionais. Para refletirmos mais sobre a questão, leia o texto a seguir.

Conflitos fundiários e o Judiciário

Todos os dias ocorrem reintegrações de posse na cidade de São Paulo. Na maior parte das vezes, ficamos sabendo ou porque o noticiário avisa que a ação está atrapalhando o trânsito ou porque mostra cenas de violência em casos que envolvem forças policiais em conflito com famílias sem teto.

Em 2012, milhares de pessoas que durante oito anos moraram em uma área abandonada em São José dos Campos foram expulsas violentamente – a força utilizada pela polícia na ocupação Pinheirinho foi tão desmedida que chamou a atenção de defensores de direitos humanos não apenas no país, mas no exterior.

O Pinheirinho foi um caso emblemático, que atravessou o silêncio e a invisibilidade que cercam

a execução de decisões judiciais de reintegração de posse – com ou sem o uso da força – em áreas ocupadas por grupos vulneráveis, sem qualquer preocupação com a segurança e o destino das famílias envolvidas, muito menos com uma solução de moradia digna que possa atendê-las definitivamente.

De acordo com o Tribunal de Justiça de São Paulo, só de janeiro a maio deste ano já foram propostas 1500 ações de reintegração de posse no Estado. Na maior parte dos casos, os juízes sequer tomam conhecimento de quem e por que está ocupando o imóvel.

A regra que impera é verificar a documentação da área, constatar quem é “o verdadeiro dono” e determinar a reintegração de posse, solicitando apoio das forças policiais para executar a ação.

Mas apenas isso não é suficiente para lidar com a complexidade dos direitos presentes nessas situações. Vale lembrar que nossa Constituição garante não apenas o direito de propriedade, mas também sua função social, além dos direitos civis, políticos e econômico-sociais de todos os brasileiros, o que inclui os moradores de ocupações.

Considerando as reiteradas situações com grande potencial de explodir em violência em casos de reintegração de posse, o TJ-SP criou um grupo de trabalho interinstitucional para analisar a questão.

[...]

Obviamente, a simples criação de uma vara especializada não resolve os conflitos fundiários. No entanto, essa pode ser uma proposta interessante, uma vez que os casos de reintegração de posse seriam analisados e decididos por juízes especializados [...].

Raquel Rolnik. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/columnas/raquelrolnik/2015/07/1660704-conflitos-fundiarios-e-o-judiciario.shtml>. Acesso em: fev. 2016.

Atividade

Com base na análise das leis e do texto acima, dividam-se em dois grupos e sigam as orientações a seguir.

1. O primeiro grupo deverá debater a possibilidade de remoção das famílias e apontar os interesses envolvidos dos atores/agentes presentes na disputa (Estado, construtoras, governantes e ocupantes). É importante trazer recortes de jornais e revistas, bem como informações extraídas da internet, a fim de obter maior pluralidade de opiniões. Deve-se produzir um relatório a partir das discussões do grupo.
2. O segundo grupo deverá debater a possibilidade de permanência das famílias em

função das leis e a solução para os interesses envolvidos. É importante apresentar recortes de jornais, revistas e informações encontradas na internet para ampliar os pontos de vista. Deve-se produzir um texto com base no debate.

3. Depois, cada grupo vai ler para a turma o material criado pelo outro grupo. Em seguida, a turma produzirá um terceiro documento que sintetize o posicionamento de todos sobre a questão das remoções forçadas, suas consequências e possíveis soluções. O resultado da pesquisa e do debate poderá ser exposto para os demais alunos da escola.

As manifestações veganas e os direitos dos animais

Vimos ao longo do capítulo que a partir da década de 1970 novas causas e um novo tipo de ativismo passaram a mobilizar movimentos sociais que se somaram àqueles mais especificamente ligados à luta de classes e ao mundo do trabalho. Um bom exemplo é o veganismo e os movimentos de defesa dos animais. Os veganos são conhecidos por terem uma dieta estritamente vegetariana, rechaçando o consumo de quaisquer produtos de origem animal (carnes, leites, derivados do leite, ovos etc.), e por não usarem vestimentas e sapatos de couro, camurça ou pele de animais. Além disso, defendem o boicote a empresas de produtos de limpeza, cosméticos e remédios que façam testes em laboratórios com animais, nos quais são aplicadas substâncias que provocam doenças e sofrimento. Portanto, muito mais que uma dieta restritiva, o veganismo representa o ativismo em defesa dos direitos à vida e à liberdade de todos os seres sencientes (capazes de sofrer, sentir medo ou angústia etc.), sendo também uma forma de luta contra todo tipo de exploração existente nas sociedades contemporâneas. O veganismo acredita que todos os seres têm o direito de viver para seus próprios interesses, e não para atender aos interesses dos humanos, servindo-lhes de matéria-prima (seja para uso, seja para lucro).

Os veganos mostram que a produção de carnes, leites e derivados pela indústria agropecuária voltada para o consumo humano gera, além do sofrimento animal, sérios impactos ambientais. Hormônios, antibióticos e outras substâncias são aplicadas, a fim de que os animais se desenvolvam mais rapidamente (e essas substâncias acabam prejudicando também os consumidores desses produtos). Todo tipo de crueldade pode

ser registrado, como o abate precoce de bezerros e separação de mães e filhotes logo após o nascimento, a fim de que o leite da amamentação seja direcionado à comercialização. Soma-se a isso a devastação do meio ambiente, já que extensões consideráveis da Amazônia e do Cerrado brasileiros têm sido queimadas para criação de gado ou para monocultura da soja, voltada à produção de ração para os animais destinados para abate. Portanto, a causa vegana vem ao encontro da dos ambientalistas.

Diante da restrição na dieta, os veganos são frequentemente questionados a respeito da carência nutricional, especialmente no que tange à proteína de origem animal. Entretanto, estudos mostram ser possível compensar a ausência das proteínas animais pela ingestão de proteínas vegetais e, mais do que isso, pela diversificação e pelo equilíbrio da dieta: para a saúde, ingerir grãos, vegetais e frutas ricos em carboidratos complexos é mais importante que atingir valores exatos de proteína. Sendo assim, não há, segundo o veganismo, risco à saúde, nem mesmo no caso das crianças, desde que seja dada atenção especial a uma dieta balanceada e variada.



Ativistas carregam nos braços corpos de animais mortos pela indústria da carne, leite e ovos em protesto em Berlim (Alemanha, 2014).

CHRISTIAN DITSCH/ULSTEIN/BILLY
GETTY IMAGES

Atividade

Agora que você já sabe um pouco sobre o veganismo, aprofunde-se na análise da filosofia vegana e dos procedimentos de atuação dos veganos. Com colegas e professores, organize um evento para discutir o veganismo e apresentá-lo aos outros alunos da escola.

- Convide os professores de Biologia, Química e Geografia para colaborar trazendo conhecimentos de suas respectivas áreas e experiências de sua atuação profissional fora da escola, a fim de debaterem, por exemplo, os impactos ambientais desencadeados pela criação de gado nas grandes empresas de comercialização de carne bovina (emissão de gases na atmosfera e desmatamento), a classificação dos grupos alimentares ou a utilização de animais em laboratórios.

- Se na sua escola houver refeitório, você pode convidar as cozinheiras (merendeiras) e nutricionistas para um debate sobre o veganismo. É possível que, em alguns aspectos, os conhecimentos e experiências dessas profissionais se aproximem das ideias que os veganos defendem. Contudo, também é possível que haja divergências, o que contribuirá positivamente para o debate.
- Se houver condições, investigue o consumo de alimentos na escola: que alimentos são comercializados? Os consumidores preferem produtos de origem vegetal ou animal? Discutam as razões desses resultados e as consequências desse tipo de consumo alimentar.